

1 Ata da Reunião Extraordinária da Plenária do Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São
2 João – CBHLSJ. Ao décimo sétimo dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e
3 cinco, às dez horas, iniciou-se a reunião via videoconferência (plataforma Zoom), tendo
4 como pauta os seguintes assuntos: **Pauta Original:** 1. Aprovação da Ata de reunião
5 anterior (21/01/2025 e 17/02/2025); 2. Aprovação da Resolução que “aprova a
6 Adequação Orçamentária para Construção da Estação Elevatória de Esgoto e Linha de
7 Recalque em Iguaba Grande”; 3. Aprovação da Resolução que “Aprova a
8 disponibilização de recursos financeiros do CBHLSJ no montante de R\$ 83.596,00
9 (trezentos e sessenta e seis mil reais) para a complementação de recursos para a
10 continuidade dos Serviços de Limpeza de macroalgas nas Enseadas das Praias da
11 Laguna de Araruama: Praias do Mossoró e do Boqueirão, no município de São Pedro da
12 Aldeia/RJ”; 4. Contrato de Gestão; 5. Discussão sobre a situação irregular de algumas
13 instituições na Plenária do CBHLSJ; 6. Planilha de custo x Custos 2025; 7. Proposta de
14 calendário de reuniões do CBHLSJ para 2025; 8. Definição dos novos membros do
15 Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão nº 61/2022; 9. Inscrição de
16 membros nas instâncias do CBHLSJ (Câmaras Técnicas, Grupos de Trabalhos e
17 Subcomitês); 10. Assuntos Gerais. **Pauta Executada:** 1. **Aprovação da Ata de reunião**
18 **anterior (21/01/2025 e 17/02/2025); 2. Planilha de custo x Custos 2025; 3.**
19 **Aprovação da Resolução que “aprova a Adequação Orçamentária para**
20 **Construção da Estação Elevatória de Esgoto e Linha de Recalque em Iguaba**
21 **Grande”; 4. Aprovação da Resolução que “Aprova a disponibilização de recursos**
22 **financeiros do CBHLSJ no montante de R\$ 83.596,00 (trezentos e sessenta e seis**
23 **mil reais) para a complementação de recursos para a continuidade dos Serviços de**
24 **Limpeza de macroalgas nas Enseadas das Praias da Laguna de Araruama: Praias**
25 **do Mossoró e do Boqueirão, no município de São Pedro da Aldeia/RJ”; 5. Contrato**
26 **de Gestão; 6. Discussão sobre a situação irregular de algumas instituições na**
27 **Plenária do CBHLSJ; 7. Proposta de calendário de reuniões do CBHLSJ para**
28 **2025; 8. Definição dos novos membros do Grupo de Acompanhamento do**
29 **Contrato de Gestão nº 61/2022; 9. Inscrição de membros nas instâncias do**
30 **CBHLSJ (Câmaras Técnicas, Grupos de Trabalhos e Subcomitês); 10. Assuntos**
31 **Gerais.** Onde compareceram os seguintes representantes, conforme lista de presença:
32 **Membros:** Sr. André Vicente Plastino Silva (Instituto Chico Mendes de Conservação
33 da Biodiversidade - ICMBio); Sra. Ana Paula Araújo Pereira (Fundação Instituto de
34 Pesca do Rio de Janeiro – FIPERJ); Sr. Valdemir Dias da Silva e Sr. Carlos Henrique
35 Teles Tibão (Instituto Estadual do Ambiente - INEA); Sr. Eric Lacerda Schueler e Sra.
36 Carmem Costa Borges; Sra. Ana Paula Rodrigues de Souza e Sra. Ana Luiza Assaf
37 (Prefeitura Municipal de Araruama); Sr. Bernardo Corty dos Santos (Prefeitura
38 Municipal de Armação dos Búzios); Sr. Jailton Dias Nogueira Junior e Sr. Marcos
39 Felipe Vargas (Prefeitura Municipal de Cabo Frio); Sra. Luciana de Almeida Neri
40 Franco (Prefeitura Municipal de Rio das Ostras); Sr. Mário Flávio Moreira e Sr. Breno
41 Bento dos Santos (Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia); Sr. Vinícius Carvalho
42 da Silva Mendes (Associação dos Amigos da Lagoa De Jacarepiá - AMILA); Sr. Walter
43 Luiz da Silva Ramos (Associação de Arquitetos e Engenheiros da Região dos Lagos –
44 ASAERLA); Sr. Felipe Silva Serpa (Associação Comercial, Turística, Industrial e
45 Agrícola de São Pedro da Aldeia – ACIASPA); Sr. Arnaldo Villa Nova (Associação de
46 Defesa da Lagoa de Araruama - Viva Lagoa); Sr. Felipe Sarquis Aiex Maneschy
47 (Associação de Moradores e Amigos do Mato Grosso – AMAMG); Sra. Edna Ferreira
48 Calheiros Saraiva e Sra. Sheila Moreira (Associação das Mulheres Empreendedoras
49 Acontecendo em Saquarema – AMEAS); Sr. José Carlos Teixeira (Associação de

50 Pescadores Artesanais no Parque das Garças Integradas); Sra. Rejane Maria de Oliveira
51 (Associação dos Remanescente do Quilombo Maria Joaquina); Sr. Carlos Alberto
52 Cardoso de Oliveira (Associação Socioambiental Nossa Lagoa Viva – ANOLAVI); Sra.
53 Carolina Mazieri e Sra. Mônica Casarin Fernandes Elsen (Cidadania Buziana); Sra.
54 Dalva Rosa Mansur (Instituto de Pesquisas e Educação para o Desenvolvimento
55 Sustentável – IPEDS); Sra. Kátia Regina Martins de Souza Lima (Movimento de
56 Mulheres de Iguaba Grande – MOMIG); Sr. Clelvio Martins Castello (Ordem dos
57 Advogados do Brasil - 62 Subseção de Iguaba Grande); Sra. Talita de Castro Mallmann
58 (Ordem dos Advogados do Brasil – 48 Subseção de São Pedro da Aldeia); Sra. Irene
59 Alves de Mello (Associação Livre dos Aquicultores das Águas do São João – ALA); Sr.
60 Francisco da Rocha Guimarães Neto (Associação dos Pescadores Artesanais e
61 Sentinelas da Laguna Araruama - APASLA); Sr. Roni Ribeiro (Associação de
62 Pescadores Artesanais de Gancho de Peixe da Laguna de Araruama – APAGPLA); Sr.
63 Paulo Cesar Pinheiro (Associação dos Pescadores Artesanais da Praia da Baleia); Sr.
64 Jorge Carmo de Mello (Associação Núcleo de Vigília Cidadã – ARNVC); Sr. Fernando
65 Barbosa da Silva (Clube Náutico de Araruama); Sra. Dulce Tupy Caldas (Colônia de
66 Pescadores Z-24 de Saquarema); Sr. Leandro Coutinho Mattos (Colônia de Pescadores
67 de Iguaba Grande - Z29); Sra. Emilly Souza Alves Machado (Concessionária Águas de
68 Juturnaíba – CAJ); Sr. Rogério Góis Marão (Dois Arcos Construções e Gestão de
69 Resíduos LTDA); Ricardo Fernando Guadagnin (Federação das Indústrias do Estado do
70 Rio de Janeiro – FIRJAN); Sr. Moacir Andrade Simões e Sra. Vanessa Dutra Soriano
71 (Lagos Bioenergia S/A); Sra. Aline Silva Araújo e Sra. Roberta Moraes (Prolagos S.A
72 Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto); Sr. Gilton Souza de Luna
73 (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cabo Frio); Sr. Rogério Góis
74 Marão e Sr. Vitor Gomes Silva (Tosana Agropecuária Ltda). **Entidade Delegatária:**
75 Sra. Samara Miranda (Assistente Administrativa do CILSJ); Sra. Aline Ribeiro
76 (Analista Técnica do CILSJ); Sra. Adriana Saad (Secretária Executiva do CILSJ); Sra.
77 Vanessa Sotto (Analista Técnica do CILSJ); Sr. Allan Barbosa (Estagiário Técnico do
78 CILSJ); Sra. Thaisa Azevedo (Assessora de Comunicação do CBHLSJ); Sra. Karina
79 Amoedo (Assessora Jurídica do CILSJ/CBHLSJ). **Convidados:** Sra. Beatriz Sousa
80 (Associação Socioambiental Nossa Lagoa Viva – ANOLAVI); Sr. Pablo
81 (Concessionária Prolagos); Sra. Simone (Instituto Estadual do Ambiente - INEA); Sr.
82 Felipe; Sr. Guilherme Botelho (Prefeitura Municipal de Cabo Frio); Sra. Anne Apicelo
83 (Observatório Social do Brasil - São Pedro da Aldeia e Região dos Lagos - OSB-
84 LAGOS); Sr. Fábio Origuela (Associação Comercial, Turística, Industrial e Agrícola de
85 São Pedro da Aldeia – ACIASPA); Sr. Marcus Aureliu (Associação dos Amigos da
86 Lagoa De Jacarepiá - AMILA); Sr. Humberto Saito e Sr. Samuel Muylaert (SEAS); Sr.
87 Lucas Félix (Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade – SEAS). O
88 Presidente do CBHLSJ, Sr. Jailton Dias, iniciou a reunião agradecendo a presença de
89 todos. Em seguida, foi solicitado a inversão da pauta da reunião, alocando o sexto item
90 de pauta (Planilha de custo x Custos 2025) para após a aprovação das atas, sendo
91 aprovado pelos membros presentes. Dando continuidade, passou-se para **aprovação da**
92 **Ata de reunião anterior (21/01/2025 e 17/02/2025)**. Ambas foram aprovadas sem
93 ressalvas. Seguiu-se para o item **2. Planilha de custo x Custos 2025**. A Sra. Adriana
94 Saad (Secretária Executiva do CILSJ) esclareceu que a apresentação não se tratava de
95 uma prestação de contas ou detalhamento de ações, mas de uma breve exposição das
96 rubricas previstas no Plano de Aplicação Plurianual (PAP) 2025–2028 do Comitê de
97 Bacia Hidrográfica Lagos São João (CBHLSJ), para ciência dos membros,
98 especialmente os novos. Informou que tais rubricas podem ser alteradas conforme

99 deliberação da nova Plenária. Em seguida, apresentou o saldo disponível por rubrica,
100 destacando R\$ 20 milhões previstos para 2025, dos quais R\$ 14 milhões são destinados
101 ao saneamento. Desse total, R\$ 10 milhões ainda estão disponíveis para novos projetos,
102 já que metade do valor já está comprometida. Ressaltou que essas informações
103 subsidiariam as decisões nos próximos itens da pauta. O Sr. Felipe Serpa (Associação
104 Comercial, Turística, Industrial e Agrícola de São Pedro da Aldeia – ACIASPA)
105 questionou sobre o processo de alteração das rubricas e a razão do alto saldo disponível,
106 mesmo havendo grande demanda. A Sra. Adriana Saad explicou que o valor acumulado
107 decorre de um período em que os CBHs ficaram três anos sem repasses estaduais,
108 devido ao bloqueio temporário dos fundos. Em 2018, os recursos foram devolvidos,
109 somando cerca de R\$ 20 milhões, que se somaram às arrecadações anuais. Os projetos
110 então começaram a ser apresentados, com foco no saneamento — área prioritária do
111 CBHLSJ. Também destacou a morosidade na execução das obras. Mencionou ainda que
112 os recursos destinados anteriormente a Silva Jardim e Armação dos Búzios retornaram
113 ao fundo do Comitê. No caso de Búzios, a desistência se deu porque a área de
114 intervenção (bairro Cem Braças) foi incluída na revisão quinquenal e passou a constar
115 no plano de investimentos da concessionária, impedindo a atuação do Comitê. Em Silva
116 Jardim, a prefeitura optou por não executar o projeto. Esses fatores explicam o saldo
117 elevado da rubrica de saneamento. A Sra. Adriana também informou que, anualmente, a
118 Plenária pode deliberar sobre o remanejamento dos recursos disponíveis, excetuando os
119 já comprometidos. O Sr. Felipe Serpa perguntou se os saldos de 2025 poderiam ser
120 alterados, ao que a Sra. Adriana respondeu que haverá reunião de prestação de contas e
121 revisão do PAP. Explicou que novos projetos devem passar pelas Câmaras Técnicas
122 pertinentes, pela Diretoria Colegiada e, por fim, pela Plenária. O Sr. Bernardo Corty
123 (Prefeitura de Armação dos Búzios) questionou se os recursos anteriormente destinados
124 ao bairro Cem Braças poderiam ser aplicados em outro projeto no município. A Sra.
125 Adriana respondeu que sim, desde que o novo projeto seja submetido e aprovado pela
126 Câmara Técnica de Saneamento e Drenagem Urbana (CT Saneamento). A Sra. Carolina
127 Mazieri (Cidadania Buziana) pediu esclarecimentos sobre o projeto no bairro Cem
128 Braças, perguntando se era para esgotamento sanitário ou drenagem, e se os projetos do
129 Comitê poderiam ser voltados para drenagem. A Sra. Adriana explicou que o projeto
130 previa rede separativa de esgoto, em uma área pequena, enquanto o restante seria
131 executado pela concessionária Prolagos. Como a prefeitura demandava celeridade, a
132 Agenesra aprovou a inclusão do projeto no plano da concessionária, o que inviabilizou a
133 atuação do Comitê. Reforçou que os recursos do Comitê são destinados exclusivamente
134 a projetos de esgotamento sanitário, como redes separativas, elevatórias e reformas de
135 ETEs, não abrangendo abastecimento de água ou drenagem pluvial. A Sra. Edna
136 Calheiros (Associação das Mulheres Empreendedoras Acontecendo em Saquarema –
137 AMEAS) relatou as dificuldades enfrentadas no projeto de biodigestor na comunidade
138 do Charqueado, em Saquarema, destacando a resistência da prefeitura e a posterior
139 transferência da área para a concessionária Águas do Rio. Apesar do pedido do
140 Subcomitê da Lagoa de Saquarema para reunião com a concessionária, essa não
141 ocorreu. Questionou a situação atual do projeto. A Sra. Adriana esclareceu que o
142 recurso foi devolvido ao fundo do Comitê, pois a prefeitura desistiu do projeto e
143 nenhum novo foi apresentado. A Sra. Edna Calheiros ressaltou a importância do Comitê
144 dar uma resposta à comunidade, que foi mobilizada e ficou com expectativas. O Sr.
145 Vinícius Mendes (Associação dos Amigos da Lagoa De Jacarepiá - AMILA) apoiou a
146 fala, sugerindo que o Subcomitê avalie a viabilidade de reaplicar o projeto em outra
147 localidade de Saquarema. A Sra. Adriana concordou com a proposta. A Sra. Mônica

Casarin (Cidadania Buziana) questionou se entidades da sociedade civil podem apresentar projetos de saneamento. A Sra. Adriana informou que sim, mas, por se tratar de intervenção em área municipal, o projeto precisa de aprovação da prefeitura e, se aplicável, da concessionária responsável. Sem mais comentários por parte dos membros, prosseguiu-se para o item **3. Aprovação da Resolução que “aprova a Adequação Orçamentária para Construção da Estação Elevatória de Esgoto e Linha de Recalque em Iguaba Grande”**. A Sra. Adriana Saad contextualizou que, em 2022, o Comitê aprovou o projeto de rede separativa em Iguaba Grande, já contratado e executado. Paralelamente, a Concessionária Prolagos ficou responsável pela construção da elevatória e da linha de recalque para condução do esgoto até a ETE. Contudo, o projeto da elevatória não foi incluído na revisão quinquenal. Diante disso, e considerando que os projetos previstos para Cem Braças, Silva Jardim e Saquarema não seriam mais executados, o Comitê aprovou o aporte de recursos para essa obra. Informou que o valor inicial aprovado foi de R\$ 1,9 milhão, com base na planilha orçamentária fornecida pela Prolagos. No entanto, ao preparar o processo licitatório, foi necessária a atualização da planilha conforme a tabela EMOP vigente, resultando em um acréscimo de R\$ 360.494,90. Assim, foi solicitado um aporte complementar para viabilizar a contratação e conclusão da obra. O Sr. Leandro Coutinho Mattos (Colônia de Pescadores de Iguaba Grande – Z29) alertou sobre a urgência da finalização da obra, mencionando que moradores já estavam se interligando de forma irregular, o que vinha causando transtornos. A Sra. Talita Mallmann (Ordem dos Advogados do Brasil – 48 Subseção de São Pedro da Aldeia) questionou o prazo de execução, demonstrando preocupação com possíveis atrasos na licitação e a necessidade de novos reajustes. A Sra. Adriana Saad esclareceu que toda a documentação estava pronta para licitação, restando apenas a aprovação do recurso complementar. Sem mais comentários por parte dos membros, passou-se então para a votação da aprovação da Resolução em questão. Os representantes das seguintes instituições manifestaram-se a favor da aprovação: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio; Fundação Instituto de Pesca do Rio de Janeiro – FIPERJ; Prefeitura Municipal de Araruama; Prefeitura Municipal de Cabo Frio; Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia; Associação dos Amigos da Lagoa De Jacarepiá - AMILA; Associação de Arquitetos e Engenheiros da Região dos Lagos – ASAERLA; Associação Comercial, Turística, Industrial e Agrícola de São Pedro da Aldeia – ACIASPA; Associação de Defesa da Lagoa de Araruama - Viva Lagoa; Associação de Moradores e Amigos do Mato Grosso – AMAMG; Associação das Mulheres Empreendedoras Acontecendo em Saquarema – AMEAS; Associação de Pescadores Artesanais no Parque das Garças Integradas; Cidadania Buziana; Instituto de Pesquisas e Educação para o Desenvolvimento Sustentável – IPEDS; Movimento de Mulheres de Iguaba Grande – MOMIG; Ordem dos Advogados do Brasil - 62 Subseção de Iguaba Grande; Ordem dos Advogados do Brasil – 48 Subseção de São Pedro da Aldeia; Associação Livre dos Aquicultores das Águas do São João – ALA; Associação de Pescadores Artesanais de Gancho de Peixe da Laguna de Araruama – APAGPLA; Associação dos Pescadores Artesanais da Praia da Baleia; Clube Náutico de Araruama; Colônia de Pescadores Z-24 de Saquarema; Colônia de Pescadores de Iguaba Grande - Z29; Concessionária Águas de Juturnaíba – CAJ; Dois Arcos Construções e Gestão de Resíduos LTDA; Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN; Lagos Bioenergia S/A; Prolagos S.A Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto; Tosana Agropecuária Ltda. Não havendo manifestações contrárias, a resolução foi aprovada pela maioria dos membros presentes. Seguiu-se para o item **4. Aprovação da Resolução que “Aprova a disponibilização de**

recursos financeiros do CBHLSJ no montante de R\$ 83.596,00 (trezentos e sessenta e seis mil reais) para a complementação de recursos para a continuidade dos Serviços de Limpeza de macroalgas nas Enseadas das Praias da Laguna de Araruama: Praias do Mossoró e do Boqueirão, no município de São Pedro da Aldeia/RJ”. A Sra. Adriana Saad contextualizou a situação crítica recentemente ocorrida na Lagoa de Araruama, com acúmulo de macroalgas mortas e lama, que se depositaram nas praias do Mossoró e Camerum, bloqueando dois pontos importantes para a circulação de água: o espigão entre Mossoró e Camerum e entre Mossoró e Boqueirão. Diante desse cenário, a Câmara Técnica de Pesca e Aquicultura (CT Pesca) apresentou uma proposta emergencial para retirada do sedimento, com foco nos espigões. O Comitê aprovou o aporte de recursos para a execução da ação, que contou com a participação do INEA, tendo o projeto sido aprovado pelo Comitê e licenciado pelo órgão gestor. O escopo inicial previa a retirada de 860 m³ de sedimento. No entanto, durante a execução, constatou-se que a quantidade de material excedia a estimativa. Como o contrato permitia aditivo de até 25%, foi possível ampliar a intervenção em R\$ 83.596,00, possibilitando a remoção adicional de cerca de 228 m³. O Sr. Carlos Alberto (Associação Socioambiental Nossa Lagoa Viva – ANOLAVI) questionou se o projeto contava com a participação de pescadores. A Sra. Adriana Saad esclareceu que o projeto aprovado pelo Comitê não era o mesmo mencionado, tratando-se de ação distinta firmada entre o Consórcio Intermunicipal Lagos São João (CILSJ) e a Concessionária Prolagos. O Sr. Carlos Alberto expressou preocupação quanto à falta de isonomia na aplicação de recursos, ressaltando que a enseada da Praia do Siqueira enfrentava situação semelhante às áreas atendidas, e reivindicou a destinação de recursos também para essa localidade. O Sr. Jailton Dias destacou que o projeto de dragagem da lama na Praia do Siqueira estava em fase final, e discutia-se, junto ao Sr. Max, o desenvolvimento de ação similar à executada em São Pedro da Aldeia, além da recuperação de decks. O Sr. Francisco da Rocha Guimarães Neto (Associação dos Pescadores Artesanais e Sentinelas da Laguna Araruama – APASLA) destacou que os projetos em andamento foram fruto da mobilização de cerca de 80 pescadores. Reforçou a importância da demanda trazida pelo Sr. Carlos Alberto e sugeriu que as instituições envolvidas se unissem para fomentar novas iniciativas. O Sr. Francisco Guimarães informou que a questão da lama e dos píeres já estava em andamento, abrangendo também a localidade do Baixo Grande, e que esses temas seriam tratados na próxima reunião da CT Pesca. O Sr. Carlos Alberto acrescentou que foi protocolada, junto à Prefeitura de Cabo Frio e ao CILSJ, reivindicação pela isonomia, tanto em relação à remuneração dos pescadores quanto às dificuldades de acesso aos barcos. Manifestou preocupação com a falta de transparência no processo de aprovação do projeto do píer, e solicitou mais clareza nas informações, considerando que as reivindicações dos pescadores estavam sendo feitas de forma aberta. A Sra. Roberta Moraes (Concessionária Prolagos) informou que foi realizada reunião com o CILSJ e associações de pesca para discutir a ampliação da remoção de algas vivas para outras áreas. Destacou que os trabalhos em São Pedro da Aldeia estavam sendo finalizados, com expansão das ações para a Praia do Siqueira. Ressaltou que a Prolagos estava aberta ao diálogo. O Sr. Carlos Alberto reiterou a necessidade de incluir as demais instituições de pesca nas discussões, dada a abrangência dos impactos. A Sra. Roberta concordou com a importância de garantir que todos os envolvidos estejam cientes, lembrando que as reuniões eram dinâmicas e novas demandas surgiam no decorrer das conversas. A Sra. Talita Mallmann questionou se a ampliação do projeto incluiria a retirada de material na área do antigo Restaurante Sal da Terra, em Boqueirão, onde

246 parte do trecho era rochoso. A Sra. Vanessa Sotto Maior informou que a
247 complementação do projeto abrangia as praias de Camerum e Mossoró. O Sr. Francisco
248 Guimarães complementou que a rocha se localizava apenas da metade da ilha para fora,
249 sendo o continente composto por aterro. Sugeriu ampliar a abertura da área,
250 mencionando a existência de um bico que ainda obstruía a correnteza. O Sr. Francisco
251 Guimarães também manifestou preocupação com a segurança dos pescadores em
252 Mossoró e Camerum, relatando casos em que pescadores afundaram até a altura do
253 peito ao entrar na água. Denunciou a diminuição da faixa marginal das praias, devido ao
254 acúmulo de material depositado inadequadamente, e solicitou ao INEA que notificasse a
255 empresa executora para restabelecer as condições de uso da faixa marginal. A Sra.
256 Adriana Saad respondeu que a empresa já estava realizando esse trabalho, e que o
257 contrato se encerraria no dia 09 de maio. O Sr. Felipe Serpa solicitou que fosse
258 projetada a licença ambiental emitida pelo INEA, justificando sua solicitação com base
259 em questionamentos sobre a necessidade de estudos de impacto mais detalhados.
260 Reforçou que, para ações futuras, é importante compreender os potenciais impactos e as
261 medidas de mitigação. Manifestou insegurança em votar o aditivo sem entender os
262 riscos do ponto de vista técnico. A Sra. Adriana Saad concordou com a importância de
263 estudos em casos de dragagem ou alterações significativas, mas esclareceu que, neste
264 caso, tratava-se apenas da remoção de lama proveniente de macroalgas, classificada
265 pelo INEA como atividade de baixo impacto, dispensando estudos formais. O Sr.
266 Francisco Guimarães reforçou que estudos ambientais completos levariam cerca de um
267 ano, e os pescadores não poderiam esperar. Considerou o impacto temporário e
268 reversível, desde que bem executado. Acrescentou que a lama, rica em matéria orgânica,
269 favorecia crescimento vegetal, intensificando os impactos, e defendeu a continuidade
270 das ações para garantir segurança, relatando inclusive infecção na pele após contato
271 com a água. O Sr. Felipe Serpa reiterou a solicitação de acesso à licença ambiental,
272 mesmo compreendendo a situação dos pescadores. Destacou a importância de embasar
273 decisões em dados técnicos e não apenas em opiniões, pois medidas paliativas sem
274 avaliação adequada podem contrariar os próprios interesses dos beneficiários. Sugeriu
275 que, caso novas ações semelhantes estejam previstas, seja incluída na pauta das
276 Câmaras Técnicas a contratação de estudos mais aprofundados. O Sr. Jailton Dias
277 explicou que estudos de impacto ambiental são exigidos quando há previsão de
278 alteração em áreas não impactadas. No caso das macroalgas, o fenômeno era decorrente
279 de carga orgânica excessiva. A remoção da alga, portanto, não alterava o ciclo natural,
280 já que ela se decompunha lentamente, tornando-se lama. Defendeu que, nesse contexto,
281 não caberia EIA/RIMA, mas sim estudos complementares, como relatórios ambientais
282 ou estudos do ciclo biogeoquímico. O Sr. Felipe Serpa agradeceu a explicação. O Sr.
283 Arnaldo Villa Nova (Associação Viva Lagoa) destacou que a proliferação de algas
284 resultava da deficiência de esgotamento sanitário. Informou que a concessionária já
285 estava adotando medidas para captação dos efluentes, o que, em sua visão, resolveria o
286 problema ao eliminar os agentes causadores (fósforo e fosfato). Mencionou o caso da
287 enseada de São Pedro da Aldeia, que entre 2000 e 2007 passou por dragagens
288 recorrentes e teve resultado positivo após a implementação do saneamento, acreditando
289 que o mesmo ocorreria nas áreas impactadas atualmente. Ressaltou a urgência da
290 retirada das algas, para evitar agravamentos como os observados na Praia do Siqueira. O
291 Sr. Felipe Serpa reiterou o pedido de envio da licença, sendo informado de que o
292 documento seria encaminhado por e-mail ao final da reunião. Em resposta à fala da Sra.
293 Roberta Moraes, o Sr. Carlos Alberto informou que protocolou, junto à Prolagos, CILSJ
294 e à Prefeitura de Iguaçu Grande, uma solicitação feita por 89 pescadores em assembleia

realizada no dia 04 de março, na Praia do Siqueira. Em seguida, a Sra. Aline Ribeiro projetou a minuta da resolução, a qual não sofreu alterações em seu texto. Sendo assim, foi colocado em votação a aprovação da Resolução em questão. Os representantes das seguintes instituições manifestaram-se a favor da aprovação: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio; Fundação Instituto de Pesca do Rio de Janeiro – FIPERJ; Instituto Estadual do Ambiente - INEA; Prefeitura Municipal de Araruama; Prefeitura Municipal de Cabo Frio; Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia; Associação dos Amigos da Lagoa De Jacarepiá - AMILA; Associação de Arquitetos e Engenheiros da Região dos Lagos – ASAERLA; Associação de Defesa da Lagoa de Araruama - Viva Lagoa; Associação das Mulheres Empreendedoras Acontecendo em Saquarema – AMEAS Associação dos Remanescente do Quilombo Maria Joaquina; Instituto de Pesquisas e Educação para o Desenvolvimento Sustentável – IPEDS; Movimento de Mulheres de Iguaba Grande – MOMIG; Ordem dos Advogados do Brasil – 48 Subseção de São Pedro da Aldeia; Associação Livre dos Aquicultores das Águas do São João – ALA; Associação dos Pescadores Artesanais e Sentinelas da Laguna Araruama - APASLA; Associação de Pescadores Artesanais de Gancho de Peixe da Laguna de Araruama – APAGPLA; Associação dos Pescadores Artesanais da Praia da Baleia; Clube Náutico de Araruama; Colônia de Pescadores Z-24 de Saquarema; Dois Arcos Construções e Gestão de Resíduos LTDA; Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN; Lagos Bioenergia S/A; Prolagos S.A Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto; Diante disso, a resolução foi aprovada, com a abstenção da Ordem dos Advogados do Brasil - 62 Subseção de Iguaba Grande e da Associação de Moradores e Amigos do Mato Grosso – AMAMG. Prosseguiu-se para o item **5. Contrato de Gestão**. A Sra. Adriana Saad Saad explicou que daria uma breve explicação sobre o assunto, e o aprofundamento dele seria realizado posteriormente, em uma oficina de capacitação aos membros. Explicou que o Consórcio Intermunicipal Lagos São João (CILSJ) é uma instituição de direito privado, sem fins lucrativos, designada pelo CBHLSJ e pelo CBH Macaé e das Ostras como sua entidade delegatária. Na prática, isso significa que possui atribuições jurídicas e administrativas para gerir os recursos dos referidos comitês. Esclareceu, ainda, que o Contrato de Gestão (CG) configura-se como um instrumento institucional firmado entre o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e a entidade delegatária, com a interveniência do CBH. O INEA, enquanto órgão gestor, é responsável por transferir os recursos financeiros oriundos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FUNDRIH), além de exercer a fiscalização sobre a execução do contrato, em conjunto com os Comitês de Bacia Hidrográfica. A Sra. Adriana detalhou, então, as atribuições de cada ator envolvido no CG: INEA: executar, fiscalizar e monitorar a implementação das ações previstas no contrato; Entidade delegatária (CILSJ): planejar, gerir e oferecer suporte técnico, jurídico e administrativo; CBHs: discutir, analisar, deliberar e tomar decisões estratégicas relativas à aplicação dos recursos e ações de gestão. Por fim, foram apresentados os indicadores de desempenho estabelecidos no Contrato de Gestão, que têm como finalidade aferir o cumprimento das metas e compromissos assumidos pela entidade delegatária. Não havendo comentários por parte dos membros, avançou-se para o item **6. Discussão sobre a situação irregular de algumas instituições na Plenária do CBHLSJ**. A Sra. Adriana Saad esclareceu que a análise da documentação das instituições inscritas no Processo Eleitoral era realizada separadamente do CILSJ, sendo realizada pela Comissão Eleitoral. Informou que havia casos específicos de duas instituições aprovadas pela Comissão Eleitoral cuja documentação foi encaminhada à Diretoria Colegiada do CBHLSJ para análise jurídica. A palavra foi,

então, passada à Sra. Karina Amoedo, Assessora Jurídica do CILSJ/CBHLSJ, que apresentou os pareceres jurídicos. A primeira instituição tratada foi a Comunidade Católica São Jorge e Nossa Senhora Aparecida, a qual, segundo seu estatuto, possuía caráter estritamente religioso, sem menção a atividades relacionadas a recursos hídricos ou meio ambiente. A segunda instituição foi a Associação Núcleo de Vigília Cidadã – ARNVC, que, de acordo com o estatuto, possuía atuação restrita à região Norte Fluminense e não demonstrava sede ou atuação na área da bacia hidrográfica Lagos São João (CBHLSJ). Além disso, a ARNVC estava constituída há menos de dois anos. Com base nesses elementos, a Assessoria Jurídica concluiu que ambas as instituições não atendiam aos critérios exigidos para participação no Comitê. Em seguida, foi realizada a leitura formal do parecer jurídico. A Sra. Irene Alves de Mello (Associação Livre dos Aquicultores das Águas do São João – ALA) solicitou a palavra e contextualizou sua atuação como membro da Comissão Eleitoral, juntamente com o Sr. Walter Luiz (ASAERLA) e o Sr. Jorge Augusto (Prefeitura de Arraial do Cabo), destacando a ausência deste último durante todo o processo. Questionou o foco exclusivo da Diretoria em apenas duas instituições, sem a devida verificação nas demais. Ressaltou que o Edital aprovado pela Plenária exigia apenas ficha de inscrição, memorial descritivo e ofício de indicação de representantes para o segmento "Usuários de Água" sem outorga, não sendo obrigatória a apresentação de ata de eleição, CNPJ e estatuto — exigências previstas apenas para o segmento da Sociedade Civil. A Sra. Irene defendeu que a ARNVC era uma instituição de caráter regional, com núcleos associativos distribuídos em diversos municípios da Região Hidrográfica VI, incluindo Casimiro de Abreu. Reforçou que a sede em Macaé era fruto de uma cessão de espaço feita pela UENF, devido aos altos custos de locação. Comparou com o próprio CBHLSJ, que já teve sede em Araruama sem perder seu caráter regional. Pediu que a análise fosse estendida a todas as instituições inscritas, para garantir equidade no processo. Em relação à Comunidade Católica, afirmou que esta realizava um trabalho social relevante, com atividades que iam além da esfera religiosa. Apelou aos membros do Comitê para que considerassem as contribuições dessas entidades e não excluíssem instituições dispostas a atuar de forma voluntária. O Sr. Walter Luiz reiterou que qualquer instituição que utilizasse recursos hídricos era, por definição, usuária de água, e portanto, tinha legitimidade para se inscrever nesse segmento. Manifestou-se contrário à exclusão com base no tempo de constituição, criticando a desclassificação por esse critério. Enfatizou que tanto a Comunidade Católica quanto a ARNVC demonstraram, via memorial descritivo, ações relacionadas a recursos hídricos e meio ambiente, compatíveis com a área de atuação do CBHLSJ. Destacou o esforço da Comissão Eleitoral em promover um Comitê inclusivo, plural e democrático, respeitando o Edital e consultando o setor jurídico sempre que necessário. Por esses motivos, posicionou-se contra a exclusão das duas instituições. A Sra. Karina Amoedo explicou que o Edital tinha caráter vinculante e deveria ser interpretado em sua totalidade. Destacou que no documento estava descrito os requisitos mínimos que as instituições deveriam preencher para se inscrever em um determinado segmento, e que tais requisitos estavam regulamentados nas resoluções do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERHI-RJ). Esclareceu que o tempo mínimo de constituição e a atuação compatível com os objetivos do Comitê eram critérios obrigatórios. Reforçou que o fato da Comunidade Católica ter natureza religiosa não era impeditivo, mas sim a ausência de comprovação de pertinência com a área ambiental e de recursos hídricos. Sobre a ARNVC, destacou que o problema não era a localização da sede, mas a falta de comprovação de vínculo com a bacia hidrográfica Lagos São João. Caso a instituição tivesse atuação em Casimiro de Abreu, tal atuação deveria ter

393 sido formalmente demonstrada. O Sr. Jorge Carmo de Mello (ARNVC) manifestou
394 apoio às falas da Sra. Irene e do Sr. Walter, reafirmando que a ARNVC possuía núcleos
395 em diversos municípios da RH VI, incluindo Casimiro de Abreu, e que ele próprio era
396 coordenador do núcleo local. Declarou que a instituição atuava em conselhos de meio
397 ambiente e, portanto, considerava injusta a reavaliação de sua participação, uma vez que
398 todos os requisitos do Edital haviam sido cumpridos. A Sra. Dalva Rosa Mansur
399 (Instituto de Pesquisas e Educação para o Desenvolvimento Sustentável – IPEDS)
400 destacou a obrigatoriedade do cumprimento das resoluções do CERHI-RJ, as quais
401 estabelecem critérios específicos para o enquadramento das instituições por segmento.
402 Reiterou que, embora todas as instituições usem água, isso não as credencia
403 automaticamente para participação no Comitê, sendo necessário comprovar pertinência
404 com base nos critérios legais. Defendeu que instituições com sede fora da bacia
405 deveriam se inscrever no CBH correspondente, a menos que demonstrassem
406 documentalmente sua atuação na região do CBHLSJ. O Sr. Francisco Guimarães
407 reconheceu a atuação do Sr. Jorge Mello e da Sra. Irene Mello, ambos sendo muito
408 ativos voluntariamente nas questões do Comitê, contudo, ressaltou a importância de
409 seguir os critérios estabelecidos no Edital à risca, para evitar que o Comitê caia em uma
410 improbidade administrativa. Sugeriu que as instituições revisassem seus estatutos para
411 pleitear futuramente nova inscrição no Comitê. A Sra. Irene Mello voltou a se
412 pronunciar, solicitando que os membros não deliberassem sem antes consultar os
413 estatutos das instituições mencionadas. Defendeu a ampliação da análise para todas as
414 entidades inscritas no segmento, a fim de garantir equidade. Reiterou a importância das
415 instituições questionadas para a bacia Lagos São João e defendeu sua permanência no
416 CBHLSJ. Por fim, a Sra. Dalva Mansur alertou que as decisões tomadas no âmbito do
417 CBHLSJ são submetidas à análise do CERHI-RJ, e que a aceitação de instituições que
418 não atendam aos critérios estabelecidos poderia resultar em repreensão ao Comitê. Sem
419 mais comentários por parte dos membros, passou-se à votação para aprovação do
420 indeferimento da entrada da instituição Associação Núcleo de Vigília Cidadã – ARNVC
421 na Plenária do CBHLSJ. Os representantes das seguintes instituições manifestaram-se a
422 favor do indeferimento: Associação Comercial, Turística, Industrial e Agrícola de São
423 Pedro da Aldeia – ACIASPA; Fundação Instituto de Pesca do Rio de Janeiro – FIPERJ;
424 Associação de Defesa da Lagoa de Araruama - Viva Lagoa; Associação das Mulheres
425 Empreendedoras Acontecendo em Saquarema – AMEAS; Cidadania Buziana; Instituto
426 de Pesquisas e Educação para o Desenvolvimento Sustentável – IPEDS; Movimento de
427 Mulheres de Iguaba Grande – MOMIG; Ordem dos Advogados do Brasil – 48 Subseção
428 de São Pedro da Aldeia; Associação de Pescadores Artesanais de Gancho de Peixe da
429 Laguna de Araruama – APAGPLA; Associação dos Pescadores Artesanais da Praia da
430 Baleia; Colônia de Pescadores Z-24 de Saquarema; Concessionária Águas de Juturnaíba
431 – CAJ; Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN; Lagos
432 Bioenergia S/A; Prolagos S.A Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto;
433 Tosana Agropecuária Ltda. Os representantes das seguintes instituições manifestaram-
434 se contra o indeferimento: Associação Livre dos Aquicultores das Águas do São João –
435 ALA; Clube Náutico de Araruama; Associação de Arquitetos e Engenheiros da Região
436 dos Lagos – ASAERLA. Sendo assim, foi aprovado o indeferimento da entrada da
437 instituição na Plenária do CBHLSJ pela maioria dos membros presentes. Em seguida,
438 passou-se à votação para aprovação do indeferimento da entrada da instituição
439 Comunidade Católica São Jorge e Nossa Sr^a Aparecida na Plenária do CBHLSJ. Os
440 representantes das seguintes instituições manifestaram-se a favor do indeferimento:
441 Associação Comercial, Turística, Industrial e Agrícola de São Pedro da Aldeia –

ACIASPA; Associação de Defesa da Lagoa de Araruama - Viva Lagoa; Associação das Mulheres Empreendedoras Acontecendo em Saquarema – AMEAS; Cidadania Buziana; Instituto de Pesquisas e Educação para o Desenvolvimento Sustentável – IPEDS; Movimento de Mulheres de Iguaba Grande – MOMIG; Ordem dos Advogados do Brasil – 48 Subseção de São Pedro da Aldeia; Associação de Pescadores Artesanais de Gancho de Peixe da Laguna de Araruama – APAGPLA; Associação dos Pescadores Artesanais da Praia da Baleia; Colônia de Pescadores Z-24 de Saquarema; Concessionária Águas de Juturnaíba – CAJ; Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN; Lagos Bioenergia S/A; Prolagos S.A Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto. Os representantes das seguintes instituições manifestaram-se contra o indeferimento: Clube Náutico de Araruama; Associação Livre dos Aquicultores das Águas do São João – ALA; Associação de Arquitetos e Engenheiros da Região dos Lagos – ASAERLA; Associação dos Amigos da Lagoa De Jacarepiá – AMILA. Sendo assim, foi aprovado o indeferimento da entrada da instituição na Plenária do CBHLSJ pela maioria dos membros presentes. Passou-se para o item 7. **Proposta de calendário de reuniões do CBHLSJ para 2025.** A Sra. Aline Ribeiro apresentou a proposta do calendário de reuniões das instâncias do CBHLSJ para o ano de 2025, informando que estão previstas 100 reuniões ao longo do ano. Destacou que a proposta havia sido encaminhada previamente aos membros, junto com a convocação da reunião, e que não foram recebidas solicitações de alteração até o momento. O Sr. Felipe Serpa questionou se, na elaboração do calendário, foram consideradas eventuais proximidades com feriados, bem como a definição prévia dos horários das reuniões. Em resposta, a Sra. Adriana Saad esclareceu que a realização de 100 reuniões ao longo do ano exige grande esforço logístico e administrativo da entidade delegatária, envolvendo ações prévias, durante e posteriores aos encontros. Explicou que, por essa razão, a estratégia adotada na elaboração do calendário foi a reserva prioritária das terças e quintas-feiras para realização das reuniões, sendo algumas alocadas para segundas-feiras. Esclareceu também que as reuniões costumam ocorrer preferencialmente no turno da manhã, podendo ser transferidas para o período da tarde mediante solicitação da coordenação, diretoria ou presidência da respectiva instância. Os representantes das seguintes instituições manifestaram-se a favor da aprovação: Fundação Instituto de Pesca do Rio de Janeiro – FIPERJ; Prefeitura Municipal de Araruama Prefeitura Municipal de Rio das Ostras; Associação de Arquitetos e Engenheiros da Região dos Lagos – ASAERLA; Associação Comercial, Turística, Industrial e Agrícola de São Pedro da Aldeia – ACIASPA; Associação de Defesa da Lagoa de Araruama - Viva Lagoa; Associação das Mulheres Empreendedoras Acontecendo em Saquarema – AMEAS; Movimento de Mulheres de Iguaba Grande – MOMIG; Ordem dos Advogados do Brasil – 48 Subseção de São Pedro da Aldeia; Associação dos Pescadores Artesanais e Sentinelas da Laguna Araruama - APASLA; Associação de Pescadores Artesanais de Gancho de Peixe da Laguna de Araruama – APAGPLA; Clube Náutico de Araruama; Colônia de Pescadores Z-24 de Saquarema; Concessionária Águas de Juturnaíba – CAJ; Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN; Lagos Bioenergia S/A; Prolagos S.A Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto; Tosana Agropecuária Ltda. Não havendo manifestações contrárias, o calendário foi aprovado pela maioria dos membros presentes. Prosseguiu-se para o item 8. **Definição dos novos membros do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão nº 61/2022.** A Sra. Adriana Saad informou que o grupo é composto por três representantes de cada segmento do Comitê e tem como finalidade reunir-se duas vezes ao ano, com o objetivo de acompanhar os procedimentos

administrativos do CBHLSJ, avaliar a gestão do CILSJ e analisar os relatórios de atividades apresentados pela entidade delegatária. Na sequência, a Sra. Aline Ribeiro projetou a minuta da resolução que dispõe sobre a nova composição do Grupo para o biênio 2025-2027, destacando as atribuições do grupo. Manifestaram interesse em compor o referido Grupo os seguintes membros: Sr. Mário Flávio, representante da Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia – Segmento: Poder Público; Sr. Felipe Serpa, representante da ACIASPA – Segmento: Sociedade Civil; e Sra. Irene Mello, representante da Associação Livre dos Aquicultores das Águas do São João (ALA) – Segmento: Usuários de Água. Em seguida, foi colocado em votação a aprovação da resolução. Os representantes das seguintes instituições manifestaram-se a favor da aprovação da resolução: Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia; Associação de Arquitetos e Engenheiros da Região dos Lagos – ASAERLA; Associação Comercial, Turística, Industrial e Agrícola de São Pedro da Aldeia – ACIASPA; Associação das Mulheres Empreendedoras Acontecendo em Saquarema – AMEAS; Associação dos Remanescente do Quilombo Maria Joaquina; Cidadania Buziana; Ordem dos Advogados do Brasil – 48 Subseção de São Pedro da Aldeia; Associação Livre dos Aquicultores das Águas do São João – ALA; Associação dos Pescadores Artesanais da Praia da Baleia; Clube Náutico de Araruama; Concessionária Águas de Juturnaíba – CAJ; Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN; Lagos Bioenergia S/A; Prolagos S.A Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto. Não havendo manifestações contrárias, a resolução foi aprovada pela maioria dos membros presentes. Avançou-se para o item **9. Inscrição de membros nas instâncias do CBHLSJ (Câmaras Técnicas, Grupos de Trabalhos e Subcomitês)**. O Sr. Jailton Dias informou que esse assunto seria tratado por e-mail. Por fim, seguiu-se para **Assuntos Gerais**. O Sr. Jailton Dias relatou que, no dia 01 de abril de 2025, a Prefeitura de Cabo Frio recebeu diversas denúncias sobre a presença de uma mancha esbranquiçada na Laguna de Araruama, especificamente na altura da Praia do Siqueira. A Prefeitura encaminhou a demanda ao INEA, que realizou coletas de amostras para análise da qualidade da água. O Sr. Jailton projetou a nota técnica emitida pelo INEA, cujos resultados apontaram alterações em grande parte dos parâmetros analisados, indicando que a mancha pode estar relacionada à matéria orgânica em decomposição, possivelmente oriunda de efluente doméstico e/ou atividades poluidoras. O órgão recomendou vistorias na região, com foco na identificação de lançamentos irregulares nos corpos hídricos e canais de drenagem. Informou ainda que o documento seria disponibilizado aos membros do Comitê, e que seria solicitado ao INEA a realização de uma vistoria conjunta. Acrescentou que será proposta, no âmbito das Câmaras Técnicas pertinentes, a análise do solo da laguna, nas áreas afetadas, a fim de identificar a fonte do problema. Além disso, a Prefeitura notificará a Concessionária Prolagos, solicitando manifestação quanto à sua eventual responsabilidade, tendo em vista a existência de uma ETE próxima ao local impactado. Na sequência, o Sr. Jailton questionou a Prolagos sobre o andamento do projeto referente ao Cinturão das Palmeiras, e informou que será apresentada, na Câmara Técnica de Saneamento, uma proposta de aeração para oxigenação do mangue no Canal Itajuru, em Cabo Frio. O Sr. Pablo (Concessionária Prolagos), informou que foram realizadas coletas em diversos pontos da laguna, cujos resultados ainda estão pendentes, mas que a concessionária está comprometida a atuar em conjunto com o INEA e a Prefeitura assim que houver retorno das análises. Sobre o Cinturão das Palmeiras, a Sra. Roberta Moraes (Concessionária Prolagos) informou que o projeto ainda está em fase de elaboração. Diante disso, o Sr. Jailton solicitou prazo para entrega da versão final, sendo informado que a área técnica daria retorno

posteriormente. O Sr. Felipe Serpa destacou a necessidade de maior transparência das ações em curso por parte das prefeituras e da Prolagos, observando que a falta de informações organizadas tem gerado desinformação nas redes sociais. Reforçou a importância de consolidar o que está sendo feito e o que ainda precisa ser executado, e apontou a ausência de dados das Prefeituras no Sistema de Informações Geográficas do Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João (SIGA-LSJ). O Sr. Felipe Serpa também informou que solicitou, sem sucesso até o momento, os arquivos das apresentações realizadas na reunião do Subcomitê da Lagoa de Araruama, ocorrida em 12/02/2025. Ressaltou a importância da descentralização dessas informações como medida para combater a desinformação. Em resposta, a Sra. Samara Miranda (Assistente Administrativa do CILSJ) esclareceu que o link para download das apresentações foi enviado em 14 de abril. O Sr. Jailton colocou-se à disposição para receber o Sr. Felipe Serpa na sede da Secretaria, com o objetivo de prestar esclarecimentos sobre as ações em andamento. Destacou que Cabo Frio foi pioneira na implantação de uma legislação específica para esgotamento sanitário, que condiciona a aprovação de empreendimentos na borda da laguna à atualização tecnológica de seus sistemas de esgoto, em articulação com a Secretaria Municipal. Acrescentou que duas ações estruturantes foram conquistadas: a dragagem da Praia do Siqueira e a finalização da obra de melhoria da ETE para tratamento terciário. Reconheceu, porém, que o ritmo intenso de trabalho dificulta a atualização constante de sites institucionais. O Sr. Mário Flávio (Prefeitura de São Pedro da Aldeia) endossou a fala do Sr. Jailton e informou que a Prefeitura dispõe de uma equipe dedicada ao saneamento, que realiza vistorias diárias. Convidou o Sr. Felipe Serpa e demais interessados a participarem de reunião técnica na Secretaria, onde seriam apresentadas as ações municipais em curso. A Sra. Talita Mallmann solicitou ao INEA esclarecimentos adicionais sobre as análises realizadas, uma vez que havia sido levantado a possibilidade da mancha esbranquiçada estar relacionada à presença de carbonato de cálcio ou sulfato de alumínio. A Sra. Adriana Saad respondeu que o INEA já não se encontrava mais presente na reunião, mas que o retorno seria encaminhado por e-mail posteriormente. A Sra. Roberta Moraes concordou com a necessidade apontada pelo Sr. Felipe Serpa quanto à divulgação estruturada das ações de saneamento, comprometendo-se a adotar medidas para melhorar o fluxo de informações. O Sr. Ricardo Guadagnin (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN) propôs a realização de uma capacitação aos membros do Comitê, com o objetivo de nivelar o conhecimento técnico e sanar dúvidas. Em seguida, a Sra. Aline Ribeiro respondeu o questionamento da Sra. Ana Paula (Prefeitura Municipal de Araruama) sobre o procedimento para entrada de novas instituições para preenchimento das vagas em aberto do Comitê, informando que as instituições interessadas devem encaminhar a documentação prevista no Edital para o e-mail do CBHLSJ, sendo a solicitação avaliada pela Diretoria, pela CTIL e submetida à aprovação da Plenária. Sem mais assuntos a serem discutidos, o Sr. Jailton Dias agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. Deste modo, eu, Samara M. P. da H. Barros, lavro a presente Ata, para que, depois de lida, aprovada pelos membros do Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João e assinada pelo Presidente do Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João, produza seus efeitos legais. São Pedro da Aldeia, 29 de maio de 2025.



JAILTON DIAS NOGUEIRA JUNIOR
Presidente do CBH Lagos São João

Assinado digitalmente na ZapSign por
Jailton Dias Nogueira Junior
Data: 29/05/2025 15:35:21.164 (UTC-0300)

Relatório de Assinaturas

Datas e horários em UTC-0300 (America/Sao_Paulo)

Última atualização em 29 Maio 2025, 15:35:23

Status: Assinado

Documento: Ata Da Reunião De Plenária 17-04-25.Pdf

Número: 1d1fe11d-417a-41e6-9989-91841eb3992c

Data da criação: 29 Maio 2025, 14:42:23

Hash do documento original (SHA256): f064deb124e30590435739f76a479059f4b10daec6a6df8b7197493b88315837



Assinaturas

1 de 1 Assinaturas

Assinado  via ZapSign by Truora

JAILTON DIAS NOGUEIRA JUNIOR

Data e hora da assinatura: 29/05/2025 15:35:21

Token: 4124ba5f-fd97-4d48-8acb-046b95c985a6

Assinatura

Jailton Dias Nogueira Junior

Pontos de autenticação:

Telefone: + 5522988351511

E-mail: jailtonmar@yahoo.com.br

Localização aproximada: -22.879778, -42.029769

IP: 177.26.80.74

Dispositivo: Mozilla/5.0 (Linux; Android 10; K) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) SamsungBrowser/28.0 Chrome/130.0.0.0 Mobile Safari/537.36

INTEGRIDADE CERTIFICADA - ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

Confirme a integridade do documento [aqui](#).



Este Log é exclusivo e parte integrante do documento número 1d1fe11d-417a-41e6-9989-91841eb3992c, segundo os [Termos de Uso da ZapSign](#), disponíveis em zapsign.com.br

ZapSign 1d1fe11d-417a-41e6-9989-91841eb3992c. Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.